

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS

BRINSAM IMELDA CLOTILDE MENDES SILVA

**A ABORDAGEM DO ENSINO DE 'VERBO' EM LIVROS DE
PORTUGUÊS NO ENSINO BÁSICO E FUNDAMENTAL DE
GUINÉ-BISSAU**

Campina Grande-PB

2011

BRINSAM IMELDA CLOTILDE MENDES SILVA

A ABORDAGEM DO ENISNO DE 'VERBO' EM LIVROS DE
PORTUGUÊS NO ENSINO BÁSICO E FUNDAMENTAL DE GUINÉ-
BISSAU

Trabalho monográfico apresentado à
Unidade Acadêmica de Letras da
Universidade Federal de Campina
Grande, como exigência da
disciplina Redação Científica para
obtenção do grau de graduada em
Letras, sob a orientação da Prof^ª.
Dra. Maria Auxiliadora Bezerra.

Campina Grande- PB
2011

Banca Examinadora

Prof^a Dra. Maria Auxiliadora Bezerra
(Orientadora)

Edmilson Luiz Rafael
(Examinador)

Dedico este trabalho Deus por iluminar toda
minha caminhada, a toda minha família, meu
pai (in memoriam), meu namorado e a minha
orientadora Maria Auxiliadora Bezerra.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me orientar e estar comigo em todos os momentos durante esta trajetória.

A minha família agradeço o apoio, o afeto, o reconhecimento e a compreensão por tantos momentos de ausência.

A minha orientadora, Prof^a. Dra. Maria Auxiliadora Bezerra, pela paciência em me atender, fazendo observações, correções e discussões significativas para a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus conterrâneos: Mithra, Jorge Otinta, Banjaqui, Viriato, Clive, Fredilson, Herve, Danielson, Diego, Pinto, Benedita, Nayanka e Adeyinca pela força, palavras amigas em momentos de descontração e nas horas mais difíceis desta caminhada.

A Mangar da Costa, pela compreensão e apoio, em todos os momentos desta jornada.

Agradeço à Universidade Federal de Campina Grande pela oportunidade e a todos os professores do Curso de Letras especialmente: Aloísio Medeiros, Edmilsom Rafael, Josilene Pinheiro Mariz, Carmen Nóbrega, Angela Jeunon, José Mário da Silva, Adeildo Pereira, Hélder Pinheiro, Rosângela Melo, Denise Lino e Wellington Rodrigues da Silva. Aos meus colegas do curso pelo companherismo e amizade, principalmente, Mariana, Viviane, Ana Paula, Camila Maria, Camila Silva, Larissa, João Ricardo, Tércio, Girlayne Tamires, Joelma Celia e Alexsandro. A vocês, minha profunda gratidão.

A todos os funcionários da Unidade Acadêmica de Letras da UFCG.

Obrigada a cada pessoa que deus permitiu estar comigo durante esta caminhada.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para realização deste trabalho, muito obrigada.

Valeu a pena? Tudo vale a pena
quando a alma não é pequena.
Quem quer passar além do bojador
tem que passar além da Dor.
(Fernando Pessoa)

Resumo

Os livros didáticos de português nas escolas guineenses são produzidos em Portugal sem se levar em conta o público a que eles se destinam. Nesse sentido observa-se dificuldade entre professor-aluno guineense em desenvolver seu ensino-aprendizagem. Nesse contexto realizamos nossa pesquisa com objetivo observar “a abordagem do ensino de ‘verbo’ em livros de português no ensino básico e fundamental de Guiné-Bissau”. Para isso analisamos seis (6) livros didáticos de 5^a classe/série a 10^a classe/série observando como o verbo é explorado nesses livros e a proposta metodológica. Os resultados obtidos mostram que o ensino do verbo é feito através da memorização.

Palavras-chaves: Guiné-Bissau; Escola; Livros didáticos; Verbo; Língua Portuguesa

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Livros didáticos de português analisados	13
Quadro 2 – Descrição do sistema escolar de Guiné-Bissau.....	21
Quadro 3 – Plano de estudo	25
Quadro 4 – Descrição das pessoas do verbo	33
Quadro 5 – Conjugação do verbo “querer” em português e crioulo	42
Quadro 6 – Descrição dos tópicos verbais	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
OBJETIVOS	11
Objetivo Geral.....	11
Objetivo Específico.....	11
METODOLOGIA	13
CAPÍTULO 01 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	17
1.1 – Organização do sistema educacional	17
1.2 – A língua portuguesa no ensino básico, secundário e superior em Guiné-Bissau.....	21
1.3 – Os fatores que prejudicam o ensino e aprendizagem da língua portuguesa.....	26
CAPÍTULO 02 – LIVRO DIDÁTICO	27
2.1 – Livro didático e a concepção gramatical.....	29
CAPÍTULO 03 – A DESCRIÇÃO DA CLASSE GRAMATICAL “ VERBO” E O SEU ENSINO	31
3.1 – Classificação do verbo.....	33
3.2 Ensino do verbo.....	40
CAPÍTULO 04 – ANÁLISE DOS DADOS	44
4.1 Exploração do verbo.....	44
4.2 Proposta metodológicas.....	51
4.3.Sugestões metodológicas.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54

REFERÊNCIAS	55
--------------------------	----

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Nesta monografia, pretendemos fazer um estudo de um tema pouco abordado: o ensino do verbo em livros didáticos de Guiné-Bissau. Iniciaremos falando da localização geográfica e da situação da língua portuguesa nesse país.

Guiné-Bissau, um pequeno país de 36.125 km², situa-se na costa ocidental africana, entre o Senegal (a norte) e a República da Guiné (a este e a sul) e é banhada a oeste pelo oceano atlântico. É considerado mosaico étnico-cultural, com uma população de 1.179.000 habitantes repartidos em inúmeros grupos étnicos. Os principais são: Balantas, Fulas, Manjaca, Papel e Mandingas.

A ex-colônia de Portugal, tal como as demais ex-colônias portuguesas, tem como língua oficial o português, que é também a língua de ensino, trabalho e de comunicação em fóruns internacionais, no entanto não é a língua materna da população guineense, pois apenas 12% dela é que sabem falar e escrever essa língua (incluindo os que a têm como a segunda, a terceira ou até mesmo a quarta língua, como de fato ocorre para a maioria dos guineenses).

A língua que representa a união dos guineenses e que é mais falada, inclusive na capital do país, Bissau, é o crioulo, a língua que facilita a comunicação com diferentes grupos étnicos¹ que compõem a população guineense. Apesar de não ser a oficial, é a língua do cotidiano e da rua, sendo também falada nas instituições públicas, na Assembleia Nacional Popular² (ANP) e até mesmo nos discursos oficiais do Presidente da República. Do ponto de vista político-administrativo, o crioulo é considerado um dialeto, mas do ponto de vista sócio-histórico, está sendo reconhecido como uma língua nacional e o português como língua dos colonizadores.

¹ É um grupo de pessoas que se identificam umas como as outras através das semelhanças culturais, étnicas e linguísticas.

² ANP é uma instituição política que estabelece as leis do país, através de seus deputados.

Nas zonas rurais falam-se línguas étnicas³, embora se possa afirmar que não existe praticamente nenhum guineense que não tenha pelo menos o domínio passivo do crioulo.

Em relação ao sistema escolar, onde a língua portuguesa é ensinada como o idioma oficial, verifica-se que os professores passam por muitas dificuldades ao ensiná-la, justamente porque é uma língua ausente na sociedade guineense, como foi dito acima. Desse modo, o português tem estatuto de língua estrangeira.

Considerando essa realidade e nossa experiência como guineense tendo que aprender português, enfrentamos desafios variados, sobretudo porque o sistema lingüístico do português é bem diferente das línguas étnicas de Guiné-Bissau e do próprio crioulo, que recebeu do português, principalmente o vocabulário. Neste contexto, propomos a realização deste trabalho a respeito de um ponto específico dessa língua que se apresenta como de difícil aprendizagem para os guineenses: a classe de palavra “verbo”.

Assim, procuramos responder ao seguinte questionamento: como o sistema verbal do português é abordado em livros didáticos (LD) do ensino básico e fundamental de escolas da Guiné-Bissau? Para isso, apresentemos os seguintes objetivos

OBJETIVOS

Geral

Descrever a abordagem do ensino de verbo em livros didáticos de português, adotados em escolas guineenses.

Específicos

- Identificar, em livros didáticos, os tópicos verbais selecionados para o estudo a ser feito por crianças e adolescentes guineenses.

- Analisar a proposta metodológica do ensino do verbo nesses livros.

³ Línguas faladas por cada grupo étnico. Entre esses grupos temos: balanta, fula, mandinga, brame, papel, manjaca e bijáco.

A escolha dessa temática é para entendermos melhor como se dá o ensino do verbo em Guiné-Bissau, tendo em vista a grande diferença entre o sistema verbal português e do crioulo.

No sistema verbal português, conjugam-se os verbos seguindo-se a flexão de número, tempo, pessoa e modo, enquanto que em crioulo os verbos não se conjugam pela flexão, são apenas marcados pelos morfemas livres e obrigatórios que podem ser usados antes ou depois da forma verbal, como a “NA”, que caracteriza o pretérito imperfeito; o “KA”, que é uma marca de negação; o “TA”, que caracteriza o presente; e o “BA”, que caracteriza o pretérito perfeito.

Ex: n’**Ka** na fasi prova = **Não** vou fazer a prova.

Além disso, observando-se a posição da língua portuguesa nesse país (imposta pelo colonizador, não falada como primeira língua pela população e, para muitos, não sendo nem sequer do seu domínio passivo), um estudo sistemático sobre esse tema se apresenta como relevante para a formação de uma futura professora de português, de origem guineense e falante de crioulo, como língua materna. Em outras palavras, conhecer “o quê” se propõe ensinar sobre verbo e “como” trará subsídios importantes para o desempenho do professor de português na sala de aulas.

Para tanto, a monografia está assim constituída: além desta introdução, há metodologia, na qual descrevemos o tipo de pesquisa, os recursos utilizados para realizá-la e os LD analisados. Em seguida, apresentamos algumas teorias sobre a língua portuguesa no ensino básico, secundário e superior de Guiné-Bissau, enfatizando a aprendizagem de língua portuguesa. No segundo capítulo, intitulado “o livro didático”, mostramos algumas teorias sobre o LD de português, e no terceiro capítulo, intitulado “A descrição da classe gramatical ‘verbo’ e o seu ensino” discutiremos sobre estudos realizados a respeito do tópico apresentado no título desse capítulo; no quarto capítulo vamos analisar os tópicos verbais explorados nos livros didáticos e a proposta metodológica do ensino; e por fim, apresentamos algumas considerações finais.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, optamos pela pesquisa descritiva, ponderando buscar a resolução do problema de ensino de verbos em livros didáticos, por meio da análise e descrição objetiva.

Fizemos um levantamento de como os verbos são explorados nos livros didáticos selecionados. Também fizemos uma pesquisa bibliográfica para verificar em que nível se encontra as pesquisas sobre o ensino do verbo em livros didáticos, verificando o que já foi feito e o que ainda falta para fazer.

Esses dados contribuíram para a análise dos seis livros didáticos, no sentido de confrontar a perspectiva teórica referente ao estudo dessa classe de palavra – subjacente aos livros – e as necessidades comunicativas dos usuários do português. O quadro 1 mostra as características dos volumes selecionados para análise.

Quadro1 – Livros Didáticos de português analisados

LIVRO	ANO	EDITORIA	NÍVEL	AUTOR	ADOTADO EM ESCOLA
Comunicar... em português 5	1998	Escola superior de educação de Setúbal/IPS	5ª classe/série	Luísa Solla Madalena Cruz Américo oliveira	Privada/ Pública
Comunicar...em português 6	1998	Escola superior de educação de Setúbal/IPS	6ª classe/série	Luísa Solla Madalena Cruz	Privada/ Pública
Aula Viva	1995	Porto Editora	7ª classe/série	João Augusto da F.Guerra José Augusto da Silva vieira	Privada
Viagens em português	1993	Porto Editora	8ª classe/ série	Fernanda Costa Rogério de Castro	Privada
Comunicação	—	Novagráfica	9ª classe/série	—	Privada
A magia da língua	2007	Novagráfica	10ª classe/série	Silvia Cardoso Sofia costa	Privada

O livro didático é uma das principais ferramentas do ensino tanto nas escolas públicas quanto nas particulares. A situação do ensino em Guiné-Bissau é considerada muito precária, porque Guiné-Bissau é um país sem condição de produzir seus próprios manuais escolares. Recebe ajuda de Portugal e Japão que atualmente fornecem livros para escolas guineenses, entre outros países.

Segundo o jornal “Novas da Guiné-Bissau”, os livros didáticos oferecidos pelo Japão ao governo de Guiné-Bissau serão distribuídos de forma gratuita para as crianças de 1ª a 6ª classe/série, mas elas terão que deixar os materiais nas escolas (não os levarão para suas casas).

Segundo o ministro da educação nacional, Artur Silva, os livros serão distribuídos gratuitamente, mas não pertencerão aos alunos. “Porque os pais não têm como comprar livros todos os anos, os alunos terão que estudar e conservar os materiais para que possam servir no ano letivo seguinte”. Defendeu o ministro.

As escolas guineenses não recebiam os manuais didáticos há cinco anos, porque os livros mais usados nas escolas guineenses são de Portugal.

Atualmente as editoras portuguesas quase não fornecem livros para Guiné-Bissau. A imprensa nacional desse país é obrigada a copiar os exemplares dos livros vindos de Portugal para fornecer à escola pública e privada.

Os alunos de escola particular são obrigados a comprar um conjunto⁴ onde constam quatro livros de diferentes áreas de estudo (um livro de língua portuguesa, um de matemática, um de ciências naturais ou ciências da natureza e um caderno de exercício).

As dificuldades enfrentadas pelos professores de escolas públicas estendem-se inevitavelmente, aos alunos. As crianças e os jovens estudam em condição muito precária, sendo habitual 4 ou 5 alunos partilharem a mesma carteira, o número mínimo de alunos por turma é de 35, podendo atingir no máximo 50, em situação extrema. Da mesma forma, são raros os livros e os manuais didáticos postos à disposição, levando os professores, por iniciativas próprias, a se encarregarem da produção de apontamentos ou pequenos fascículos e colocarem à venda para os alunos.

Silva (1998) considera que o mercado de venda de livros didáticos se favorece das condições precárias tanto das escolas como do professor, já que aquelas não

⁴ Este conjunto custa 3.500 a 4.000 FCA equivalente a 18.24 reais.

possuem uma infra-estrutura adequada (ausência de bibliotecas e bibliotecários, falta de salas ambientes para estudo e de autonomia financeira) e o professor, por sua vez, encontra-se em péssimas condições de trabalho, não tendo base financeira para formação contínua e investimentos culturais em sua profissão.

Levando em consideração o livro didático como ferramenta do processo ensino/aprendizagem, a situação do ensino em Guiné-Bissau é lamentável, pois mostra claramente que esses materiais fazem toda diferença na qualidade do ensino e aprendizagem. A falta de livros didáticos pode resultar de um sistema de distribuição ineficiente, de uma prática negligente e de corrupção.

Um estudo feito no ano 2000 verificou que nem ao menos 10% dos livros fornecidos chegavam às salas de aulas. Os responsáveis pela distribuidora os vendiam para os vendedores ambulantes, que os revendiam por um preço muito elevado, tornando-se assim muito difícil o acesso a esse material didático (Unicef, 2000)

Concluiremos este item dando a nossa contribuição para o melhoramento do ensino em Guiné-Bissau. A inexistência do livro didático pode ser um grande vilão do problema do ensino, para que houvesse uma melhoria, seria bom criarem um projeto educacional, exigindo aos professores práticos que se apropria da realidade e que utilizam as matérias didáticos disponíveis, incluindo o LD, de forma apropriada e contextualizada no processo ensino/aprendizagem.

Também o professor não deve ficar agarrado ao livro didático, mas ir além dos conteúdos apresentado pelo LD. Porque segundo a pesquisa feita por Neves (2002) os livros didáticos apresentam problemas como confusão de critérios, inadequação de nível, invenção de regras, sobrecarga de teorização, preocupação excessiva de definições, impropriedade de definições, artificialidade de exemplos, falsidade de noções, gratuidade de ilustrações, mau aproveitamento do texto, dentro outros.

Devem promover também feiras de livros, bibliotecas e laboratórios de informática para que possa ter acesso à informação tanto do âmbito nacional como internacional. Porque o único centro de pesquisa que a Guiné-Bissau tinha foi entre as infra-estruturas mais afetadas pela guerra.

Durante o conflito militar de sete (7) de Junho de 1998 na Guiné-Bissau, o maior e o mais ativo instituto de pesquisa não só nesse país, mas na África lusófona,

ou seja, o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (INEP⁵), os soldados usavam os edifícios como dormitórios, transformaram o espaço em campo militar e os bombardeamentos conseqüentemente causarem enormes danos.

Após a guerra, o INEP tem se empenhado muito para manter e melhorar a capacidade de leitura e pesquisa. Só que até agora está sendo muito difícil, pois perderam todos os arquivos (por exemplos monografias, teses, dissertação, textos literários escrito pelos escritores guineenses, livros infantil entre outros).

⁵ O Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa foi fundado em 1984 por Carlos Lopes, que mobilizou alguns jovens guineense, aborda as deficiências sérias na área de investigação científica. É ciente da forte ligação entre a pesquisa e o desenvolvimento, e do fato de que a maior força, de qualquer país não reside nas suas riquezas naturais mas nos recursos humanos. É um membro do condersia, a rede Pan – Africana de instituição de pesquisa.

CAPÍTULO 01

Pressupostos teóricos

Neste capítulo nos baseamos em três eixos teóricos para fundamentar esta pesquisa: um sobre a língua portuguesa em Guiné-Bissau, um acerca do livro didático, outro sobre a descrição da classe gramatical “verbo” e seu ensino.

Fundamenta-nos nos estudos de Lourenço Ocuni Cá (2007), Rodolfo Ilari, Renato Basso (2006), António Carvalho da Silva (2008), Mário Vilela & Ingedore Villaça Koch (2001).

1.1 Organização do sistema educacional

O sistema educacional de Guiné-Bissau é dividido em quatro níveis: o pré-escolar considerado como fase preparatória e de adaptação da criança à escola, o ensino básico com duração de seis anos, subdividido em dois ciclos; o ensino secundário de quatro anos e o ensino complementar do liceu com uma duração de dois anos. Há também ensino superior cuja duração depende da área em que o estudante pretende se formar, atualmente Guiné-Bissau possui sete (7) universidades, sendo cinco de formação superior e duas de curso profissionalizante.

O pré-escolar

A pré-escola é destinada às crianças com idade compreendida entre os 36 a 59 meses. Atualmente Guiné-Bissau possui 15 jardins de infância (creche) e a maioria dos estabelecimentos pré-escolares funcionam no meio urbano, com gestão privada.

Apesar de existir uma autorização do Ministério de Educação para o funcionamento dos estabelecimentos, não existe um acompanhamento e uma coordenação ou supervisão mais efetiva desta área, nomeadamente da parte curricular, pedagógica e de recursos humanos.

Segundo pesquisa feita por MICS⁶ em 2000, o número das crianças atendidas nesses estabelecimentos é de 6,5%, o que significa que 93,5 % das crianças não têm acesso à pré-escola.

O ensino básico

O ensino básico se subdivide em dois ciclos: ensino básico elementar (EBE) – 1ª à 4ª classe/ série – destinado às crianças de 7 a 10 anos de idade, cujo acesso é gratuito e obrigatório; e o ensino básico complementar (EBC) de 11 aos 12 anos, correspondendo à 5ª e 6ª classe/série. Apesar de ser gratuito e obrigatório, a maior parte da população da zona rural e urbana não ingressa na escola devido a alguns fatores.

Segundo Ocuni Cá (2007), os fatores históricos, socioculturais e religiosos explicam de certa forma, os desequilíbrios constatados entre as diferentes regiões⁷.

No que diz respeito aos fatores históricos, durante a ocupação colonial, a população foi excluída do processo educacional, motivo pelo qual até hoje, não existe uma cultura escolar que permita aos pais valorizarem a escola e incentivar os filhos a irem às aulas.

Isso porque antes da ocupação colonial não havia na sociedade africana instituição escolar, as pessoas aprendiam com a participação na vida familiar e da comunidade integrando-se nos trabalhos de campo, escutando histórias e assistindo cerimônias rituais de cada grupo étnico.

No que concerne aos fatores socioculturais, há etnias que não sabem o valor de uma criança saber escrever e ler, tendo como justificativa o fato de que seus pais não sabem ler e escrever, mas nem por isso deixam de pertencer à sua comunidade. Existe até hoje em Guiné-Bissau um número muito elevado de pessoas que não sabem ler nem escrever, 80% da população são analfabetos, embora o

⁶ MICS: significa inquérito por amostragem aos indicadores múltiplos. Uma organização responsável pelo levantamento estatístico realizado a nível nacional por amostragem dos agregados familiares, no qual coletam dados sobre fecundidade, mortalidade infantil, saúde materno-infantil, HIV/Sida, papéis de gênero e violência doméstica e indicadores socioeconómicos, bem como os demais indicadores do que o país necessita.

⁷ Guiné-Bissau: está dividida em oito regiões (Bissau, Biombo, Cacheu, Oio, Bafatá, Gabú, Quinara, Tombali) que são subdivididas em 36 setores, e mais um setor autónomo, que é Bissau, a cidade capital.

índice de analfabeto venha diminuindo bastante nos últimos anos. No ano 2008 a taxa de analfabetos é de 63% da população.

Por último no que tange a fatores religiosos, a religião predominante é muçulmana porque proíbem os filhos a irem escolas onde aprendem a língua portuguesa pois para eles , a escolarização se resume a quando a criança sabe ler e escrever em corão⁸.

As zonas rurais e em alguns bairros da capital Bissau, as aulas funcionam de uma maneira bastante precária: ao ar livre à sombra de uma mangueira, ou em espaços improvisados (varanda ou quintal) pertencente ao professor, ou numa construção à base de taipas ou adobe, sem energia elétrica, quase todas sem as mínimas condições. As crianças são obrigadas a transportarem diariamente das suas casas para a escola os seus banquinhos, às vezes, levam até pedra ou tijolo para apoiarem nas pernas e poderem escrever, como ilustram as fotos 1 e 2 abaixo:



Fonte: carta de missionária de ADRA, 2002

Foto1: crianças assistem a uma aula em sala de taipa, sentadas em banquinhos.

⁸ Corão: livro sagrado dos muçulmanos.



Fonte: carta de missionária de ADRA, 2002

Foto 2: criança escreve no caderno apoiado em suas pernas.

As aulas são ministradas pelas pessoas de boa vontade, pois estas não recebem salários, dependendo apenas da contribuição dada pelos pais dos alunos nem todos contribuem devido a dificuldades financeiras.

Esses alunos, mesmo assistindo a aulas numa escola pobre e sem recursos, sentem-se felizes por poderem ir à escola. E, quando entra um estranho ou qualquer pessoa na sala, são obrigados a ficar em pé para saudar o visitante. Isso acontece em todas as escolas sejam públicas ou privadas.

O ensino secundário

O ensino secundário é subdividido em ensino geral (7^a, 8^a e 9^a classe/série), com duração de três anos, e o ensino complementar do liceu (10^a e 11^a classe) com duração de dois anos respectivamente.

Nesse nível, nota-se um número muito elevado de abandono, pois a maioria das escolas do ensino secundário estão na capital Bissau. Os estudantes do interior acabam por abandonar a escola, pois seus pais não têm condição de os manterem na capital onde o nível de vida é mais caro. A maior parte dos estudantes do interior são filhos de agricultor, de mães separadas de seus maridos, domésticas e viúvas que vivem da criação de gado.

Vale salientar que Guiné-Bissau é um país pobre, com 80% da população camponesa, a maioria dos alunos não ingressa nas escolas com a faixa etária regular (que seria no caso sete anos de idade), porque é obrigada a praticar a agricultura e esta tem sido realizada da forma mais tradicional através de arado, catana, enxada, foice, etc.

Os alunos têm acesso ao ensino superior após terminarem o ensino complementar do liceu. O ingresso em cursos profissionalizantes se dá, para aqueles que o querem, após o término da 9ª classe/série, também os analfabetos podem fazer esses cursos. O objetivo desses cursos profissionalizantes é formar técnicos em diferentes áreas como, por exemplo: carpintaria, auxiliar de enfermagem, formação de professores, auxiliar de mecânico, entre outros. O quadro 1 apresenta esses dados:

Quadro 2: Descrição do sistema escolar de Guiné-Bissau

Ensino básico elementar (pré-escola)	Duração	Curso Geral do Liceu (ensino secundário)	Duração	Curso complementar do liceu	Duração
1º Ciclo (1ª à 4ª classe/série)	Seis (6) Anos	7ª, 8ª E 9ª classe/série	Três (3) Anos	10ª E 11ª classe/série	Dois (2) Anos
2º Ciclo (5ª à 6ª classe/série)					

1.2 A língua portuguesa no ensino básico, secundário e superior em Guiné-Bissau

Como foi dito na parte introdutória, o português apesar de ter estatuto de língua oficial é uma língua ausente na sociedade guineense. A língua mais falada no

dia-a-dia dos guineenses é o crioulo, única que melhor permite os guineenses exteriorizar os seus sentimentos, a sua identidade cultural, língua das histórias, dos provérbios, das canções, etc., ou seja, é a única língua falada no país à qual aloglotas adeririam sem a sensação de estar aceitando a língua de uma potência ou de uma etnia.

O crioulo é utilizado em quase todas as situações de comunicação: na rua, em casa, na escola, nos discursos políticos e campanhas eleitorais. Com base nisso, podemos afirmar que o crioulo funciona como principal condição de unidade nacional e marca distintiva dos guineenses.

“(…) Não se conhece nenhum caso de algum guineense que não tenha conseguido se comunicar com qualquer outro guineense por falta de uma língua comum. Além disso, temos o crioulo, cujo domínio aumenta dia a dia” (COUTO, 1994, p.46)

A situação da língua portuguesa na Guiné-Bissau é bastante lamentável em relação aos restantes países lusófonos africanos. A lusitanização resultou em impor o português como língua da administração e do ensino, enquanto a maior parte da população continuou falando as línguas nativas. Nessas condições, criou-se, com o tempo, uma situação através da qual o português e as línguas nativas passaram a desempenhar funções diferentes (por exemplo: o português passou a ser o veículo da burocracia, e as línguas nativas continuaram sendo usadas na comunicação informal por uma grande parte da população não escolarizada). Foi o que aconteceu em Angola e Moçambique após recuperarem sua independência: de um lado, as línguas nativas passaram a ser objeto de reconhecimento; e de outro, esses países optaram por eleger o português como língua oficial. Guiné-Bissau é o único país do PALOP⁹ que ainda não optou por eleger português como língua oficial. Apesar de estar escrito no papel, na prática não é cumprido. A presença do português em Guiné-Bissau é pouco expressiva, porque se verifica uma pequena percentagem da população guineense que tem o português como língua materna, menos de 15%.

⁹ PALOP significa países africanos de língua oficial portuguesa, é um grupo formado por seis países lusófonos africanos formados em 1996. Cinco membros foram colónias de Portugal em África: (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), que obtiveram a independência entre 1974 e 1975. O outro país é a Guiné Equatorial, que em 2007 adotou o português como língua oficial.

Em Guiné-Bissau as aulas são ministradas em português, embora o crioulo seja permanentemente usado nas aulas, os livros didáticos são escritos em português, as provas são elaborados e aplicadas nessa língua. O português é a língua para o ensino das diferentes disciplinas e é, portanto, a língua veicular e instrumento de acesso a diferentes áreas do saber.

Aprender língua portuguesa como língua oficial seria um elemento fundamental no desenvolvimento intelectual, permitindo ao aluno capacidade de expressar-se, compreender e ter acesso à informação.

Tudo está escrito em português, mas a maior parte da população não domina a língua. As crianças são alfabetizadas numa língua que nunca ouviram nem na rua e nem em casa, só quando nos comunicamos com um estrangeiro, um intelectual guineense e alguns políticos.

Ensinar a língua portuguesa no ensino básico e secundário é uma tarefa muito difícil para os professores, pois a maior parte das crianças não passa pela educação pré-escolar (creche) e mesmo passando por essa educação é como os que não passaram. Porque uma creche (jardim) com 89 professores, 60 dos quais não têm formação pedagógica e nem o domínio passivo da língua portuguesa, essas crianças acabam indo para ensino básico com lacunas. Por essa razão, o professor há de levar em consideração as atividades preparatórias de aprendizagem da língua portuguesa, pelo fato de a maioria das crianças entra no ensino básico sem passar pela educação pré-escolar. Antes de começarem a trabalhar o programa da 1ª fase, primeiramente desenvolvem atividades preparatórias no primeiro ano desse ensino: ensinam o alfabeto, as cores e os números, para depois trabalharem o programa da 1ª fase, que é o ensino da leitura, da escrita e do cálculo. Essas atividades preencheriam lacunas do programa que seria da educação pré-escolar, adaptado para crianças em idades de ingresso no ensino básico.

O ensino básico é sem dúvida, a base do sistema do ensino, ou seja, o componente principal. O aluno saindo sem um bom aproveitamento no ensino básico vai permanecer com essa dificuldade pelo resto da sua vida escolar.

A situação se agrava ainda mais no ensino superior, porque os alunos vêm do ensino básico e secundário trazendo lacunas e alguns professores com o domínio passivo da língua acaba tendo sérias dificuldades ao ensinar nessa língua: há poucos manuais adequados ao ensino da língua oficial na Guiné-Bissau, há falta de orientação pedagógica para os professores que lecionam nessa língua, excesso de

alunos por sala de aula e por último falta de biblioteca (o que ajudaria muito no incentivo à leitura).

Do ponto de vista sociolingüístico, Guiné-Bissau se confronta com uma série de contradições: Crioulo versus Línguas Étnicas¹⁰; Crioulo versus Língua Portuguesa; Francês, Inglês versus Língua Portuguesa. É sabido que em Guiné-Bissau a(s) línguas(s) está(ão) ligada(s) intimamente à identidade étnica de cada um, uma etnia e língua têm o mesmo nome. Por exemplo, ser Balanta significa ser falante de uma língua Balanta, ou ser Mandinga é ter o Mandinga como primeira língua e assim por diante. Nas regiões, a língua mais falada é a língua étnica “nativa”. Já na capital Bissau, a primeira língua mais falada é o crioulo, a segunda mais falada é o francês. Hoje em dia a população guineense sente mais vontade de falar francês e inglês do que português. Como sabemos, Guiné-Bissau é um pequeno país rodeado de países francófonos¹¹ e a maior parte da população trabalha no comércio. Assim saber falar muito bem francês e inglês é condição para se conseguir emprego com mais facilidade; por outro lado, saber falar bem o português não é chave que abra nenhuma porta, a não ser que o falante viva em Portugal; o mesmo acontece com o crioulo. .

Para concluir, nota-se que o problema do ensino do português não parte da maneira como o professor leciona dentro da sala de aulas, porque até hoje o método de ensino é tradicional. Embora alguns professores achem que o melhor método para ensinar os alunos é usar a língua materna já que muitos estão a escrever nessa língua.

A meu ver, os professores poderiam introduzir português nas aulas, quer dizer, em um dia ensinava-se a disciplina língua portuguesa, em outro, a disciplina língua materna para ver como seria a situação. Se vai melhorar ou se vai piorar.

“Ensinar português é ensinar a pensar, a refletir, a retirar sentidos do textos, a organizar o pensamento, a argumentar, a expor, a exprimir sensações, emoções, opinião e sentimentos... a saber ouvir, produzir variados e adequados às diferentes situações, a agir sobre o outro falante e escrevendo, a tomar consciência do funcionamento da língua.”

¹⁰ Língua falada por cada grupo étnico.

Entre esses grupos étnicos temos: Balanta, Mandinga, Brameis, Fula, Papeis, Manjaca e Bijagós.

¹¹ Países de língua oficial francês.

Por outro lado, Bechara (2002:14) afirma que “a grande missão do professor de língua materna é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação”, salienta a necessidade de uma formação ideal em que os alunos se tornem competentes nos diversos usos pragmáticos da capacidade de linguagem.

Possenti(2002:16) também sugere que, no âmbito do ensino da língua portuguesa, “nada será resolvido se não mudar a concepção de língua e de ensino da língua na escola”.

Por outro lado, seria preciso ressaltar a carga horária de disciplina de língua, tendo em vista que a língua de ensino, o português, não era praticada pela maioria das crianças que ingressam na escola. Na primeira fase as horas dedicadas ao ensino da língua portuguesa são mais reforçadas na 1ª fase, especialmente na 1ª classe / série, do que as disciplinas restantes como podem ver no quadro 3 abaixo:

Quadro 3: Plano de Estudo

Classes/ Séries	1ªClasse	2ªClasse	3ªClasse	4ªClasse	5ªClasse	6ªClasse
Disciplinas / Horas	Horas					
Língua portuguesa	14	12	8	8	6	6
Matemática	4	5	5	5	5	5
Ciências Naturais					5	5
Ciências Sociais					5	5
Educação visual (desenho)	1	1	1	1	2	2
Língua francesa					4	4
História					2	2
Geografia					2	2

Observa-se que na primeira fase a língua portuguesa tem mais carga horária só que vem caindo de acordo com a classe. Da 7ª classe à 11ª classe, as horas diminuem ainda mais, correspondendo a 4 horas por semana. O tempo é considerado não suficiente num país que tem um problema muito sério no ensino da língua portuguesa.

A complexidade do ensino do português justifica-se não só porque se deve associar uma “exploração da transparência funcional da língua” a uma “correcta abordagem da sua opacidade cultural”, mas também porque nas aulas de português a língua é simultaneamente o meio, o objeto e o objetivo. (SILVA: 2008, p.103 apud FONSECA: 1994; p.131).

Ensinar língua portuguesa como língua materna requer um ensino sistemático, regular e explícito não de terminologias, mas da língua, com as suas regras e suas regularidades. Isto é aprender explorar a língua nas diferentes modalidades (SILVA, 2008).

1.3 Os fatores que prejudicam o ensino e aprendizagem da língua portuguesa

- Desconhecimento dos programas por parte dos docentes e das escolas, isto é, encontram-se escolas que seguem conteúdos totalmente diferentes. Professores de uma mesma escola se orientam por conteúdos distintos;
- Fragilidade do ensino (ensino muito fraco), professores com baixa competência a nível do domínio da língua portuguesa e sem qualquer tipo de qualificação profissional para lecionar;
- Falta de leitura e de produção textual (fazer com que os alunos produzam seus próprios textos);
- Salas de aulas sem condições e com número de alunos excessivo, o que torna a aprendizagem da língua muito difícil;
- Falta de orientação pedagógica, insuficiência de referências bibliográficas, o que incentiva os professores a pesquisarem para melhor domínio na área do seu conhecimento ou na área que leciona;
- Falta de materiais didáticos; os guineenses não têm hábito de leitura em língua portuguesa porque não há bibliotecas nem livrarias;

O grande problema de língua portuguesa em Guiné-Bissau é não passar da escrita para oralidade, ou seja, o aluno não tem oportunidade de exercitá-la oralmente. Para muitos guineenses pouco vale a aprendizagem dessa língua, por isso não têm o mínimo interesse em melhorar seu conhecimento lingüístico.

CAPÍTULO 02

LIVRO DIDÁTICO

“Sabemos que, algumas vezes, infelizmente, não é o programa que determina a prática lectiva e conduz o professor a definir os objetivos do ensino, porque é o manual escolar, transformando num instrumento todo-poderoso, que influencia e determina a prática pedagógica, às vezes tomado, por uns, como uma” bíblia”, cujo conteúdo é totalmente assumido como única verdade”. (BRITO, 1999:142)

Neste segundo capítulo a questão é abordar um tema que tem despertado interesse de muito pesquisadores ultimamente: o Livro Didático. A nossa intenção é saber como os livros didáticos auxiliam no ensino da gramática e como esse manual escolar é usado no ensino guineense. Iniciaremos este item definindo o que é o livro didático e qual é a sua importância no ensino/aprendizagem.

O livro didático está sendo entendido como um material impresso, estruturado, destinado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação (RICHAUDEAU, 1979, p. 5 apud OLIVEIRA; GUIMARÃES e BOMÉNY, 1984, p.11).

O livro didático (LD) é um objeto cultural contraditório que gera intensas polémicas e críticas de muitos setores, mas tem sido considerado como um instrumento fundamental no processo de escolarização. Tem grande importância no processo de ensino/aprendizagem, porque é um instrumento significativo ao qual muitos alunos e professores têm acesso. Ele desempenha duas funções: 1ª) estabelece uma ligação entre a aprendizagem escolar e a vida cotidiana e profissional; e 2ª) serve de suporte de ensino e de trabalho para professor e aluno.

É um livro de caráter pedagógico, com conteúdo vasto em relação ao campo de conhecimento em que a disciplina se insere ou destina, organizado numa progressão definida e apresentado sob forma didática, adequada aos processos cognitivos próprios de conteúdo e ainda próprio do desenvolvimento e de aprendizagem do aluno. (MANTOVANI, 2009)

Atualmente o livro didático além de transferir os conhecimentos orais à linguagem escrita, se tornou um instrumento pedagógico que possibilita o processo

de intelectualização. Contribui para formação social e política do indivíduo. O livro, portanto, instrui, informa, diverte e prepara para liberdade (SOARES, 2002).

O livro didático pode:

Oferecer uma série de vantagens para o professor e o aluno, favorecendo o êxito do trabalho escolar. Entre suas múltiplas contribuições podem ser destacadas: aumento da capacidade de ler (aumento de vocabulário, aumento compreensão do que se lê); integração e sistematização da matéria (sequências ordenadas das lições); facilitação de revisões periódicas e desenvolvimento de hábitos de independência e de autonomia. (ROMANATTO, 2002. p.6).

Visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens do aluno. É concebido para cada ano ou ciclo, como apoio ao trabalho autônomo do aluno e, muitas vezes, constitui o único recurso pedagógico da escola. Com efeito, o LD, sobretudo naquelas disciplinas que fazem da linguagem o seu instrumento fundamental de interação e que elegem os textos didáticos como suportes fundamentais da comunicação pedagógica, constitui o recurso didático.

Na disciplina de língua portuguesa, o livro de textos e a gramática são elementos fundamentais para a aprendizagem e para avaliação. Muitas vezes o material didático serve como uma mola de equilíbrio na relação professor-aluno.

Pois é visto como um elemento norteador do ensino, também como tinha citado acima, ele oferece múltiplas contribuições tanto para professor como para o aluno, entre elas: ajuda na compreensão do texto, integração e sistematização da matéria, facilitação de revisões periódicas e, desenvolvimento de hábitos de independência e de autonomia (ROMANATTO, 2002, p. 6)

Castro e Sousa (1992:18) consideram que os programas detêm um “papel duplamente regulador da prática pedagógica”, pois são “referência para organização das ações pedagógicas e para a construção de materiais de apoio (manuais escolares e outros)”.

Nesta linha, é natural que se olhem os manuais como textos recontextualizadores dos programas, pois desempenham função recontextualizadora dos programas (ao interpretar os princípios e reorganizar os conteúdos dos programas) e uma função de regulação da prática pedagógica (ao indicar sugestões de leitura de textos, ao definir e aplicar conteúdos de gramática, ao definir formas de avaliação dos conhecimentos dos alunos).

Segundo Brito (1999), o manual é visto e utilizado como uma “bíblia” de uma disciplina e se é inegável a utilização dos livros escolares entre todos os recursos educativos, torna-se difícil o seu papel na regulação do ensino da língua e da gramática.

Conforme afirma Pereira (2004, p.71), é inegável que o material didático, em especial o livro, seja importante para o trabalho do professor. Por essa razão, o LD tem representado um papel significativo no processo de ensino/aprendizagem. Entre os professores, há tanto os que têm nele seu único material de trabalho, quanto os que utilizam apenas em apoio às suas aulas nas atividades escolares, mas, mesmo assim, não chegam a abrir mão dele.

Deste modo, podemos considerar o LD como um material básico para a metodologia de ensino praticada nas salas de aulas.

Finalizaremos este item destacando a importância do LD na vida escolar dos alunos:

O LD faz parte da cultura e da memória visual de muitas gerações e, ao longo de tantas transformações na sociedade, ele ainda possui uma função relevante para a criança, na missão de atuar como mediador na construção do conhecimento. O meio impresso exige atenção, intenção, pausa e concentração para refletir e compreender a mensagem diferente do que acontece com outras mídias como a televisão e o rádio, que não necessariamente obrigam o sujeito a parar. O livro, por meio do seu conteúdo, mas também de sua forma, expressa em um projeto gráfico, tem justamente a função de chamar a atenção, provocar a intenção e promover a leitura. (FREITAS e RODRIGUES, 2008, P.1)

A partir dessa citação a respeito de importância do LD na vida escolar dos alunos, podemos entender os livros didáticos em quatro dimensões: como um produto de consumo, como um suporte de conhecimentos escolares, como um veículo dum sistema de valores, dum ideologia, dum cultura e como um instrumento pedagógico. (SILVA, 2008, p. 147 apud CHOPPIN, 1992: 18-20).

2.1 Livro didático e a concepção gramatical

Nesse segundo item pretendemos apenas abordar a concepção da gramática normativa nos livros didáticos. O estudo de classe gramatical no livro didático se dá através da apresentação de um texto, a partir do qual o autor do livro destaca

algumas palavras, separando-as em grupos diferentes. Isso quer dizer que cada palavra dentro de um texto desempenha um papel.

O termo gramática normativa deve ser entendido como um conjunto de regras a serem seguidas. Assim o ensino da gramática normativa pressupõe que há uma forma (única) de se falar e escrever corretamente. Desta forma, a matéria-prima de estudo da gramática normativa pretende estabelecer as regras de uma língua àqueles que já dominam outras variantes (RIBEIRO apud MURRIE, 1991).

Os livros didáticos (LD) devem contemplar a gramática normativa de forma significativa, permitindo assim que o aluno conheça as normas gramaticais que regem a sua língua.

Tendo em consideração a função da gramática normativa de estabelecer regras para o uso da língua, podemos concluir que o não aperfeiçoamento da língua portuguesa no ensino guineense é devido à falta e o mau uso do livro didático.

Também se observa que a maioria dos estudantes guineense não sabem produzir textos orais e escritos em língua portuguesa adequados a determinadas situações comunicativas.

Segundo Neves (2002), o ensino da gramática no texto faz com que o aluno leia e escreva de forma mais eficiente, enquanto que o ensino tradicional da língua portuguesa restringe-se a “exercícios de metalinguagem”, valorizando o ensino gramatical numa concepção de que o conhecimento de conceitos e regras garante o domínio de linguagem.

Ainda a autora salienta que “estudar a língua e, conseqüentemente, a gramática, é analisar, discutir e refletir sobre os circuitos lingüísticos e colocar essas reflexões e conhecimentos na interação com o outro e deslocar informação da realidade circundante. (2002, p.36).

O livro didático deve ser o ponto de chegada e o ponto de partida das aulas de língua portuguesa, isso porque o homem se comunica por meio de textos e diversos fenômenos lingüísticos só podem ser estudados e explicados por meio de textos.

Nesse sentido Rocha afirma:

É no texto que se deve centrar o ensino do português, já que é no texto e é através dele que a linguagem se constrói. Se o que pretende é que o aluno desenvolva sua competência comunicativa (falando, lendo, ouvindo e escrevendo) cabe ao professor instrumentalizá-lo, a partir da exposição a diversos tipos de textos, e da manipulação da língua, para que seja capaz de adequar a sua linguagem às diferentes situações comunicativas. (ROCHA, 2001, p.53)

Sendo assim o que se espera da escola é um ensino adequado de língua portuguesa ajudando o aluno a tornar-se um leitor autônomo e produtor de textos.

CAPÍTULO 03

A DESCRIÇÃO DA CLASSE GRAMATICAL “VERBO” E O SEU ENSINO

A gramática da língua portuguesa apresenta dez classes gramaticais, sendo seis variáveis¹² e quatro invariáveis¹³. As classes de palavras são destaque no ensino de língua portuguesa: estão presentes desde os primeiros anos de escolaridade e continuam sendo o assunto principal, ou as mais estudadas nas aulas de português.

Neste presente trabalho, pretendemos analisar a classe dos verbos. Sabemos que os verbos têm realmente um comportamento morfossintático muito homogêneo: flexionam-se da mesma maneira e desempenham a mesma função sintática.

A palavra verbo origina-se do latim *verbum*, que significa “palavra”. Os romanos consideravam o verbo como palavra por excelência, a mais rica, a de morfologia mais farta. Tal riqueza é herdada do latim nas formas mais simples e extremamente desenvolvida nas formas compostas. O verbo continua sendo em português a classe de palavras que assume o maior número de formas flexionadas. (ILARI & BASSO, 2006. p. 112).

Segundo o critério morfológico, o verbo é formado por morfema lexical (base de significação) e morfemas gramaticais. Esta configuração faz-se pela combinação do

¹² As classes variáveis são: substantivo, verbo, artigo, adjetivo, pronome e numeral.

¹³ As classes invariáveis são: interjeições, conjunção, preposição e advérbio.

lexema verbal com os morfemas gramaticais ou com os verbos auxiliares, que atribuem aos verbos, nas formas finitas, uma ordenação categorial em pessoa, número, tempo, voz ou gênero. (VILELA & KOCH, 2001).

Do ponto de vista semântico, os verbos expressam os estados de coisas, entendendo-se por isso as ações, os estados e os eventos de que precisamos quando falamos ou quando escrevemos. Ou seja, o verbo funciona como palavra que indica um processo (ações, estados, passagem de um estado a outro). A chave para compreensão do verbo numa frase depende tanto da semântica do lexema¹⁴ verbal como das categoriais constituídas pelos morfemas gramaticais. O verbo pode ser definido como a palavra que exerce “função obrigatória de predicado [propriedade semântica] e tem regime próprio [propriedade gramatical]

(BARRENECHEA 1964/1983. P.315 apud CASTILHO, 2010. P.396).

E no critério funcional, o verbo funciona como o núcleo de uma expressão ou como termo determinado.

Cunha & Cintra (1985) definem o verbo como:

[...] Uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo (1985, p.367).

Ainda segundo Cunha (1970, p. 253), “verbo é a palavra que exprime um fato (ação, estado ou fenômeno) representado no tempo”. E o tempo, por sua vez, é a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo.

Bechara (2009, p.209) entende verbo como unidade de significado categorial que se caracteriza por ser molde pelo qual se organiza o falar, seu significado lexical.

Para Melo (1970, p. 134), verbo é a palavra dinâmica, a palavra que exprime ação, fenômeno cambiante e, esporadicamente, estado ou mudança de estado.

Mesquita & Martos (1988, p.145) definem verbo como a palavra que indica movimento, estado (situação) ou fenômeno (fato).

Tendo em conta essas definições a respeito do verbo, concluímos dizendo que o verbo é o núcleo da frase, pois todas as palavras se organizam a sua volta. Ou seja, pode ser considerado um elemento fundamental na constituição do discurso.

¹⁴ Chamamos Lexema um conjunto de palavras que se distinguem através de flexão; por exemplo: corro, correr, corríamos fazem parte de um lexema. Mas casa e casebre não fazem parte do mesmo lexema, porque se distinguem por derivação, e não por flexão.

3.1 Classificação do verbo

Verbo é a palavra que pertence a um lexema cujos membros se opõem quanto a número, pessoa, tempo, modo e voz.

A noção de “pessoa” está ligada sobretudo aos chamados pronomes pessoais – é o eixo de uma categoria importante na língua: a dêixis lingüística. É a categoria pessoa que instala o ponto dêítico na enunciação: é o ponto de partida para o estabelecimento das relações entre o falante, o espaço e o tempo da enunciação e do enunciado. Aliás, da categoria “pessoa”, derivam as demais: é a fonte e o alvo da comunicação. (VILELA & KOCH, 2001. P163)

Geralmente as formais verbais indicam as três pessoas do discurso: 1ª (Eu - nós), 2ª (tu-vós), 3ª (ele-eles) e admite dois números: singular e plural. Conforme mostra o quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Descrição das pessoas do verbo

PESSOA	SINGULAR	PLURAL
1ª Pessoa	Eu penso	Nós pensamos
2ª Pessoa	Tu pensas	Vós pensais
3ª Pessoa	Ele pensa	Eles pensam

Tempos verbais

Segundo Mesquita & Martos (1988), o tempo situa o momento em que se passa a ação ou o fato que o verbo indica.

Os tempos fundamentais do verbo são três: presente, pretérito e o futuro.

- Presente: refere-se a fatos que se passam ou se estendem ao momento em que falamos: eu falo;
- Pretérito: refere-se a fatos anteriores ao momento em que falamos e é subdividido em: imperfeito, perfeito e mais que perfeito;
- Futuro: refere-se a fatos ainda não realizados e está subdividido em: futuro do presente e futuro do pretérito.

Presente → Amo

Pretérito {imperfeito: amava

{perfeito: amei

{mais -que - perfeito: amara

Futuro {do presente: amarei

{do pretérito: amaria

Normalmente, o pretérito imperfeito exprime ação presente em relação a uma passada, não terminada, em perspectiva de duração; O pretérito perfeito exprime ação passada e acabada; e o pretérito mais que perfeito teoricamente exprime uma ação ou fato já passado em relação a outro passado.

O futuro do presente indica ação (ou fato) posterior ao momento em que se fala. E o futuro do pretérito indica ação ou fato posterior a certo momento passado.

Modos do verbo

O modo exprime a atitude do falante relativamente à ação (ou fato), ao processo, ao movimento que o verbo traduz. Ou seja, o modo indica a circunstância em que o fato pode acontecer.

Os modos do verbo são três: indicativo, subjuntivo e imperativo.

1. O modo indicativo expressa um fato certo, positivo.

Ex: irei à feira.

2. O modo subjuntivo exprime um fato duvidoso, hipotético ou incerteza.

Ex: se você fechasse a porta, o frio diminuiria.

3. O modo imperativo expressa pedido, ordem ou desejo.

Ex: atravesse a rua com cuidado.

Além dos modos, existem ainda as formas nominais do verbo: o infinitivo, que pode ser pessoal e impessoal; o particípio e o gerúndio.

Chamamos de infinitivo, particípio e gerúndio, porque ao lado do seu valor verbal, podem desempenhar função de nomes. O infinitivo pode ter função de substantivo (recordar é viver = a recordação é vida); o particípio pode valer por um adjetivo (homem sabido), e o gerúndio por um advérbio ou adjetivo (água fervendo =

água fervente). Nesta função adjetiva, o gerúndio tem sido apontado como galicismo¹⁵ (BECHARA, 2009).

Quanto à forma, o infinitivo e o gerúndio apresentam formas simples e compostas. O particípio apresenta apenas as formas simples.

Voz do verbo

Chama-se voz o aspecto verbal caracterizado pelo papel do sujeito relativamente à ação expressa (MELO, 1970).

As vozes do verbo são:

Voz ativa: forma em que o verbo se apresenta para normalmente indicar que a pessoa a que se refere é o agente da ação.

Ex: os alunos apresentaram os trabalhos.

Voz passiva: forma verbal que indica que a pessoa é o objeto da ação verbal. A pessoa neste caso é paciente da ação.

Ex: os trabalhos foram apresentados pelos alunos.

A voz passiva pode ser.

- Analítica: formada geralmente, pelos verbos auxiliares ser ou estar mais o particípio de um verbo principal.

Ex: o livro foi analisado por nós.

- Sintética: formada com o pronome se apassivador.

Ex: vendem-se apartamentos.

Voz reflexiva: forma verbal que indica que a ação verbal não passa a outro ser (negação de transitividade), podendo reverter-se ao próprio agente (sentido reflexivo), atuar reciprocamente entre mais de um agente (reflexivo recíproco), sentido de “passividade com se” e sentido de impessoalidade, conforme as interpretações favorecidas pelo contexto, formada de verbo seguido do pronome oblíquo de pessoa igual à que o verbo se refere.

Ex: eu me visto, tu te feriste, ele se enfeita.

¹⁵ **Galicismo:** é antigo na Língua este emprego, quando ocupou o lugar vago deixado pelo particípio presente, que desapareceu no quadro verbal português para ingressar no quadro nominal. Trata-se de uma influência do francês no português.

Transitividade do Verbo

A transitividade é responsável pela organização semântica da frase e pela seleção de funções sintática na estrutura de uma frase.

O verbo é classificado em transitivo, aquele de predicação incompleta, intransitivo aquele de predicação completa; os transitivos se subdividem em transitivo direto, transitivo indireto e transitivo direto e indireto ou bitransitivos.

Verbo transitivo – é o verbo considerado de sentido incompleto, que precisa de um termo que lhe complete o significado. Esse termo chama-se objeto.

Ex: O Bonde **atropelou o menino.**

↓ ↓
 VT objeto

Verbo transitivo direto – é o verbo cujo sentido é completado por um termo que se liga a ele com auxílio de preposição. Esse complemento é chamado de objeto direto (OD).

Ex: a seca **castigava a região.**

↓ ↓
 VTD OD

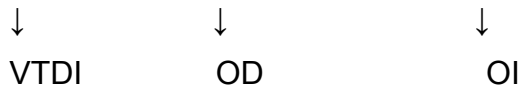
Verbo transitivo indireto – esse vem acompanhado de um objeto com preposição obrigatória. O complemento do verbo transitivo indireto chama-se objeto indireto (OI).

Ex: **penso em madalena.**

↓ ↓
 VTI OI

Verbo transitivo direto e indireto – é o verbo cujo sentido é completado por dois termos ao mesmo tempo: um que se liga a ele diretamente, e outro que se liga a ele através de uma preposição. Portanto, os verbos transitivos direto e indireto exigem um objeto direto e um indireto.

Entregaram a chave da cidade ao perfeito.



Verbo de Ligação – é aquele que serve para estabelecer relação entre o sujeito e um termo que expressa característica desse mesmo sujeito. Esse termo é chamado de predicativo do sujeito.

Ex: esta rua **é vazia.**



Elementos do verbo

Radical do verbo é o elemento que encerra o seu significado lexical, se juntamos as formas mínimas chamadas desinências para construir as flexões do verbo, indicadores da pessoa, número, tempo e modo. (MATTOSO apud BECHARA, 2009. p.233), a constituição da forma verbal portuguesa é:

T (R+VT) + D (DMT+DNP), em que T= tema ; R= radical ; VT= vogal temática; D= desinência; DMT= desinência modo temporal e DNP= desinência número-pessoal.

Chamamos de vogal temática aquela que vem antes da desinência do infinitivo. É a vogal temática que agrupa os verbos em três grandes conjugações:

1ª Conjugação – a → vogal temática: cant – a – r

2ª Conjugação – e → vogal temática: vend – e – r

3ª Conjugação – i → vogal temática: part – i – r

Mas, nem todas as formas verbais possuem a vogal temática, por exemplo, a 1ª pessoa de singular do presente de indicativo e do subjuntivo. As vogais *e* e *a* em *cant – e*, *vend – a* são desinências temporais. No presente a desinência temporal é zero (\emptyset).

Flexão do verbo

Quanto à flexão o verbo pode ser:

- Verbo regular – é aquele cujo radical se mantém inalterado e as suas desinências são as mesmas do paradigma da conjugação;
- Verbo irregular – aquele que apresenta alterações no radical e na desinência.

Segundo o professor Nicola Giannini (apud MESQUITA & MARTOS, 1988. P.148), em seu livro conjugação de verbos portugueses, existem três tipos de verbos irregulares:

- a. Irregulares temáticos: quando as desinências são as mesmas do paradigma, mas o radical não permanece invariável. Ex: perder.
 - b. Irregulares flexionais: quando o radical permanece invariável, mas as desinências não são as mesmas do paradigma. Ex: estar.
 - c. Irregulares temático - flexionais: quando o radical não permanece invariável e as desinências não são as mesmas do verbo paradigma. Ex: trazer.
- Verbo Anómalo – é aquele que apresenta irregularidades tão acentuadas que apresenta radicais diferentes: ser, ir, pôr.
 - Verbo Defectivo – é aquele que não se conjuga em todas as formas do paradigma (modos, tempos e pessoas).

Os verbos defectivos classificam-se em:

- a. Defectivos Impessoais – conjugam-se apenas na terceira pessoa do singular e não apresentam sujeito: chover, trovejar.
 - b. Defectivos pessoais – conjugados em várias pessoas e apresentam sujeito: colorir, falir.
 - c. Defectivos unipessoais – conjugados na terceira pessoa do singular e na terceira pessoa do plural e apresentam sujeito: latir, urgir, constar.
- Verbo abundante – são aqueles que apresentam formas duplas para a mesma pessoa ou para o participio:

Exemplos:

Imos ou vamos (ir)

Construis ou constróis (construir)

Aceitado ou aceito (aceitar)

Verbos quanto à função

Quanto à função os verbos podem ser: principal e auxiliar.

- Verbo principal: é aquele que conserva o seu significado pleno na estrutura frásica em que é empregado.

Ex: *comprei* algumas frutas.

- Verbo auxiliar: é aquele que participa da formação dos tempos compostos, na formação da voz passiva e nas locuções verbais¹⁶.

Ex: haver, estar, ter e ser

O verbo principal aparece numa forma nominal (particípio, infinitivo impessoal ou gerúndio), e o auxiliar é flexionado de acordo com as características do verbo principal.

Exemplos:

Tenho escrito muitas cartas.

Deve haver pessoas no recinto.

Verbos quanto à formação

O verbo classifica-se quanto à formação em:

- Primitivo: aquele que foi criado antes de outros no uso corrente da língua.

Ex: andar

- Derivado: é aquele que foi criado a partir do radical dos primitivos.

Ex: choramingar

- Simples: é formado por um só radical.

Ex: por

- Composto: é formado por mais de um radical ou elementos de formação de palavra.

Ex: compor, tremeluzir

¹⁶ Chama-se de Locução Verbal a combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo que se chama principal.

A sílaba tônica nos verbos: Formas rizotônicas e arrizotônicas

Rizotônicas é a forma verbal cuja sílaba tônica se acha numa das sílabas do radical.

Ex: parto, partes

Arrizotônicas é a forma verbal cuja sílaba tônica se acha fora do radical:

Ex: partirei, partirás

3.2 ENSINO DO VERBO

Neste item pretendemos abordar o ensino do “verbo” considerado como uma das classes de palavra mais difíceis devido às imensas variedades e, principalmente, por sua enorme versatilidade, além de uma conjugação muito vasta e modos temporais. (XAVIER, 2009).

O verbo quer na língua materna, quer nas línguas estrangeiras, é considerado “o centro da frase, pois todas as palavras se organizam à sua volta” (XAVIER apud NERY, 1993, p.33). É através dele que nos situamos uns em relação aos outros, é que estabelecemos uma relação temporal com a realidade lingüística e extralingüística.

Embora se entenda dessa forma o verbo, tradicionalmente seu ensino é feito através do livro didático (LD), que apresenta algumas noções sobre essa classe gramatical já conjugada em alguns tempos e modos verbais, seguida de uma pequena lista de exemplos. Esse ensino restrito pode ter como conseqüência, para o aluno, um conhecimento também limitado sobre a classe gramatical.

Normalmente, nas escolas, os professores utilizam o método tradicional de ensino, que exige que os alunos memorizem as formas verbais organizadas em paradigmas de conjugação (organização das formas verbais associadas às pessoas do discurso. Esse método usado prejudica muito o ensino/aprendizagem, porque os alunos acabam tendo um conhecimento limitado sobre o verbo. É como se eles fossem obrigados a decorar os verbos para depois recitá-los.

Com freqüência, o que se observa é o ensino prescritivo (normativo), sem focalizar-se a descrição ou a explicação das formais em seus usos.

Tendo em conta as dificuldades dos estudantes guineenses na aprendizagem da língua portuguesa, visto não ser sua língua materna, o foco exclusivo na memorização das regras dificulta o desenvolvimento de sua competência linguística e comunicativa.

Se o ensino da língua tem como objetivo levar o aluno a desenvolver essas competências, o trabalho a ser realizado não pode se restringir ao conhecimento da gramática deve dar-lhe condições de desenvolver a capacidade de refletir sobre utilização da língua como instrumento de interação social.

Considerando que a maior parte dos alunos guineenses, ao entrarem no ensino fundamental, são os que nunca tiveram contato com o português, ou sabem falar muito pouco, aprender a usar os verbos através de um ensino com base na identificação e reconhecimento de forma não levará esses alunos, a saber, empregar os verbos.

A meu ver, para o ensino dessa classe deve haver uma contextualização, assim o professor conseguirá observar se o aluno tem dificuldade na escrita ou na fala. Ao contextualizar o ensino verbal, por meio de sistematização, é importante que o professor mostre para os alunos as formas do verbo e o seu funcionamento dentro do texto, para que o aluno saiba como e quando usar esse recurso. Assim, não é suficiente o professor usar apenas os livros didáticos, mas poderia utilizar uma outra metodologia que ajudaria muito no ensino: favorecer o uso efetivo da língua oral, em textos conversacionais ou expositivos proporcionaria o uso e o domínio do sistema verbal português.

Além disso, poderia minimizar um fato freqüente entre os alunos, que é o uso dos verbos em português, seguindo as formas do crioulo. Ou seja, os alunos traduzem literalmente os verbos de uma língua para outra, o que, às vezes, não é compatível, como podemos ver no quadro 5, que mostra as diferenças na conjugação de um verbo no presente do indicativo em crioulo e português.

Quadro 5 – Conjugação do verbo “querer” no presente do indicativo em português e crioulo.

Pessoa	Crioulo de Guiné-Bissau	Português
1ª Singular	N´misti	Quero
2ª Singular	Bu misti	Queres
3ª Singular	El i misti	Quer
1ª Plural	No misti	Queremos
2ª Plural	Bo misti	Quereis
3ª Plural	Elis é misti	Querem

O quadro demonstra que o número das formas verbais crioulas apresenta uma enorme diminuição em relação ao sistema português.

O *i* da terceira pessoa de singular e o *é* da terceira do plural são indeterminadores, pois não indicam especificamente a quem se refere.

A marcação do sujeito é expressa unicamente através dos pronomes pessoais pré-verbais que têm a função de indicar o agente da ação.

Assim, pode-se dizer que as informações de pessoa e de número são representadas pelo sujeito. Isto explica também porque o uso do pronome pessoal sujeito é facultativo em português e obrigatório em crioulo.

Ex: vou à faculdade.

Ex: ami (eu) na bai (verbo ir) faculdade = vou à faculdade.

Como percebemos, em crioulo a forma verbal é única no presente do indicativo, variando o pronome, enquanto em português, há uma forma específica para cada pessoa do discurso. Daí a obrigatoriedade da marca do sujeito, em crioulo, o que não ocorre em português.

Em crioulo não há flexão do verbo, o tempo, o modo e o aspecto são marcados pelos morfemas livres situados antes ou depois da forma verbal. (BARBARA, 2010).

Os exemplos de frases em crioulo que seguem confirmam a multiplicidade das combinações possíveis dos marcadores aspectuais nas formas crioulas:

Presente do Indicativo

Na kume (eu como) – forma não realizada habitual atual;

Na kume (estou a comer) – forma não realizada progressiva atual;

N´kume dja (acabo de comer) – forma realizada no presente recente;

Pretérito imperfeito do indicativo

Na kume ba (comia) – forma não realizada no passado;

Pretérito perfeito do indicativo

N kume (comi) – forma realizada no passado remoto;

No na kume (a gente comeu) – forma realizada atual indefinida;

N kume ba (tinha comido) – forma realizada no passado anterior;

Kumeda (a gente tinha comido) – forma realizada indefinido no passado anterior;

N kume ba dja (tinha já comido) – forma realizado no passado anterior recente;

Futuro do indicativo

Na bim kume (comerei) – forma não realizada prospectiva;

No Didi cume (a gente deve comer) - forma eventual prospectiva;

A primeira observação a fazer é que o português, considerado como língua de superstrato não exerce grande importância no sistema aspectual crioulo.

CAPÍTULO 04

ANÁLISE DOS DADOS

Nesse capítulo analisamos os dados coletados nos livros didáticos, referentes tanto ao que é ensinado quanto ao como se ensina. Assim esse capítulo está composto de dois tópicos: Exploração do verbo e proposta metodológica.

4.1. Exploração do Verbo

Analisando os seis livros selecionados, observamos que os tópicos explorados são: conjugação (modos, tempos simples e compostos), vozes e classificação (tipos de conjugação, transitividade, regularidades), seguindo a orientação da gramática normativa.

Além dessas informações gerais, nos livros de 5ª classe/série à 10ª classe/série há pontos comuns e diferentes, Como podemos observar no quadro 6 abaixo:

Quadro 6: Descrição dos tópicos verbais

Livros ¹⁷	Pontos comuns	Pontos diferentes
L1		Modo imperativo
L2	Vozes do verbo	Uso do modo conjuntivo, diferença entre verbo cozer e coser. Os constituintes da frase
L3		Verbo transitivo e intransitivo,
L4	Vozes do verbo.	Tempos composto com auxiliar: “ser”, “ter” e “haver” e sintaxe do verbo haver.
L5		Diferença entre pretérito perfeito e imperfeito, verbos regulares e irregulares.
L6	Vozes do verbo.	Formais verbais, conjugação pronominal, futuro do conjuntivo, conjugação a partir das terminações: Ar, Er e Ir.

¹⁷ A partir desse ponto, os livros serão identificados da seguinte forma: Comunicar... em português5 = L1, Comunicar...em português 6 = L2, Aula viva língua portuguesa = L3, Viagens em português = L4, Comunicação = L5 e a Magia da língua= L6.

No quadro 6 observamos que o L1 traz pouco conteúdo relativo a essa classe gramatical. Ele apresenta apenas o sentido do modo imperativo e a possibilidade de ser substituído pelo conjuntivo, como podemos observar no excerto abaixo:

“No modo imperativo, o verbo faz com que a frase signifique uma ordem, conselho, pedido”.

O “imperativo é substituído pelo conjuntivo, quando o imperativo não tem essas pessoas ou a frase está na forma negativa”.

Fonte: (Solla & Cruz & Oliveira, 2002. P.48)

Pela citação feita, enfatiza a função do modo imperativo (indicar ordem, conselho, pedido) e sua formação (as formas do imperativo afirmativo – exceto a segunda pessoa do singular e plural - e as do negativo são formadas pelo conjuntivo).

E os livros L2 a L6 trazem mais conteúdos a respeito dessa classe. Esses livros abordam diferentes temáticas sobre o verbo e também abordam muito a concepção da leitura.

O L2 é o único que aborda os constituintes imediatos da frase sujeito e predicado, como podemos observar abaixo.

Os constituintes da frase

Uma frase simples pode ser constituída:

- Só pelos elementos fundamentais: *Sujeito (s)* e *Predicado (p)*

Ex: A fulé brinca.

S P

Pelos elementos fundamentais e outros que completam o sentido do verbo: Complemento Direto (C.D) e Complemento Indireto (C.I)

Ex: O Mussá cose os calções ao Alfa.

C.D C.I

Fonte: (Solla & Cruz, L2. 2004.p.42)

O L2 apresenta ainda a diferença entre o verbo coser e cozer, ajudando os alunos a diferenciá-los, pois tem a mesma pronúncia; e apresenta também o modo conjuntivo, como podemos observar nos exemplos abaixo:

Nos textos que lestes, anteriormente, encontraste dois verbos que se lêem da mesma maneira, mas se escrevem de maneira diferente: Coser e Cozer.

Coser – unir com pontos de agulha; costurar.

Cozer – preparar os alimentos pelo calor; cozinhar.

Fonte: (Solla & Cruz, 2004. P46)

O modo conjuntivo

Quando digo:

- “O deserto **avança**” trata-se de um fato certo, real; estou a usar o verbo no modo indicativo.

Se eu dizer:

- “Talvez o deserto **avance**” estou a apresentar o fato possível, mas incerto, duvidoso; estou a usar o modo conjuntivo.

Assim o modo conjuntivo exprime uma possibilidade, um desejo, uma necessidade e, ainda uma ordem.

Exemplos:

- Se cortarmos muitas árvores é possível que **tenhamos** uma seca. (possibilidade)
- Todos desejamos que as florestas **cresçam**. (Desejo)
- É preciso que os responsáveis se **preocupem** com o ambiente. (necessidade)
- O governo ordena que **tenhamos** cuidado com as queimadas. (ordem)

Fonte: (Solla & Cruz, 2004. p.96)

Os L3, L4 e L5 trazem mais informação em relação aos dois primeiros livros. O L3 apresenta algumas informações sobre os verbos intransitivos. O L4 aborda as vozes verbais, tempos compostos formados com auxiliar ser, ter e haver, quadro de conjugação dos tempos compostos. E o L5 explora verbos regulares e irregulares, sintaxe do verbo haver e diferença entre pretérito perfeito e imperfeito.

Exemplos que justificam o trecho acima:

Exemplo do L3:

Verbo intransitivo:

Obedecer - significa submeter-se à vontade de outrem; reconhecer a autoridade, o poder de alguém; sofrer ação de; escutar a ordem de alguém.

Fonte: (Guerra & Vieira, 1995. p 54).

Exemplo do L4:

Para além do verbo ter, há outros verbos auxiliares, como haver e ser.

Ex: os marinheiros havam abandonado o barco.

O barco foi abandonado pelos marinheiros.

Como podemos verificar através dos exemplos:

- o auxiliar haver (tal como o auxiliar ter) emprega-se com o particípio do verbo principal para formar os tempos compostos da voz ativa.
- o auxiliar ser emprega-se com o particípio do verbo principal para formar os tempos da voz passiva.

Fonte: (Costa & Castro, 1993. p126)

A definição da classe vem no final do ensino. O L6 é que apresenta a definição do verbo, como podemos observar o livro tem seguinte definição:

“verbo é uma ação do sujeito e também é a classe gramatical das palavras que se flexionam de acordo com o número, pessoa, tempo, modo voz e aspecto

Fonte: (Cardoso & Costa, L6 2007. P.96)

Essa definição enfatiza o aspecto morfológico, Segundo esse aspecto, o verbo é formado por morfema lexical (base de significação) e morfemas gramaticais. Esta configuração faz-se pela combinação do lexema verbal com os morfemas gramaticais ou com os verbos auxiliares, que atribuem aos verbos, nas formas finitas, uma ordenação categorial em pessoa, número, tempo, voz ou gênero. (VILELA & KOCH, 2001. p.).

Depois da definição do verbo, o L6 apresenta um quadro de conjugação de acordo com as terminações: 1ª conjugação – tema em AR; 2ª conjugação-tema em ER; e 3ª conjugação tema – em IR, em todos os tempos e modos; exercícios de lacunas; verbos irregulares e regulares; tempos compostos; voz ativa- passiva; conjugação pronominal.

O L6 pode ser visto como o todo, porque ele traz mais informação sobre essa classe e explica detalhadamente e exemplificando cada conteúdo abordado, como podemos observar nos exemplos abaixo citados:

Terminação em AR:

Modo	Tempo			
Indicativo	Presente Eu Ando Tu andas Ele/ela anda Nós andamos Vós andais Eles/elas andam	Pretérito imperfeito Eu andava Tu andavas Ele/ela andava Nós andávamos Vós andáveis Eles/elas andavam	Pretérito perfeito Eu andei Tu andaste Ele/ela andou Nós andamos Vós andastes Eles/elas andaram	Pretérito mais-que-perfeito Eu andara Tu andaras Ele/ela andara Nós andáramos Vós andáreis Eles/elas andaram
	Futuro Eu andarei Tu andarás Ele/ela andaré Nós andaremos Vós andareis Eles/elas Andarão	Condicional Eu andaria Tu andarias Ele/ela andaria Nós andaríamos Vós andaríeis Eles/elas andariam		

Terminação em ER:

Modo	Tempo		
Conjuntivo (Subjuntivo)	Presente	Pretérito imperfeito	Futuro
	Que eu corra	Que eu corresse	Se eu correr
	Que tu corras	Que tu corresses	Se tu correres
	Que ele/ela corra	Que ele/ela corresse	Se ele/ela correr
	Que nós corramos	Que nós corrêssemos	Se nós correremos
	Que vós corrais	Que vós corrêsseis	Se vós correrdes
	Que eles/elas corram	Que eles/elas corressem	Se eles/elas correrem

Terminação em Ir:

Modo	Tempo			
Infinitivo	Infinitivo pessoal	Infinitivo impessoal	Gerúndio	Particípio
	Eu fugir			
	Tu fugires			
	Ele/ela fugir	Fugir	Fugindo	Fugido
	Nós fugirmos			
	Vós fugirdes			
	Eles/elas Fugirem			

Partiremos agora para definição de cada um desses modos:

Indicativo – os tempos do modo indicativo exprimem certeza em relação à ação.

Conjuntivo – os tempos do modo conjuntivo indicam ações que ainda não estamos certos de realizar; exprimem dúvida, vontade, hipótese.

Imperativo – o modo imperativo exprime um pedido, uma ordem, um conselho, uma sugestão.

Infinitivo – o modo infinitivo exprime a ação em geral, uma idéia vaga. Ex: chagar, ir.

Condicional – o modo condicional exprime uma ação que só se realiza no caso de se verificar certa condição. Ex: eu iria à discoteca se não tivesse que estudar. Para alguns gramáticos, este modo corresponde a um tempo: futuro do pretérito¹⁸.

4.2 Propostas metodológicas

O ensino proposto pelos seis livros didáticos ou a forma como os livros didáticos apresentam o conteúdo sobre “verbo” enfatiza a memorização. Não há proposta efetiva para o ensino da língua portuguesa, numa perspectiva comunicativa, que leve os alunos a falarem essa língua, pois, como se sabe, Guiné-Bissau é um país que apresenta pequeno número de falantes de português: a presença do português nesse país é pouco expressiva, porque se verifica uma pequena percentagem da população guineense que tem o português como língua materna, menos de 15%.

O ensino se concentra apenas na memorização não vai contribuir para que os alunos falem o português. Como foi descrito no capítulo teórico desta monografia, os alunos guineenses têm muitas dificuldade em aprender o português devido às grandes diferenças entre as línguas étnicas, o crioulo e o francês – línguas mais faladas que o português.

Percebemos que os alunos não aprendem o verbo para um ato comunicativo (para se comunicar), mas sim aprendem para fazer os exercícios de lacunas e com isso acabam por memorizá-lo. Isto é, trata-se de um estudo voltado mais para flexão, denominação e identificação do verbo do que para seu uso, como podemos observar no exemplo abaixo:

¹⁸ Vale ressaltar que algumas palavras do estudo são diferentes do português brasileiro como: Conjuntivo= Subjuntivo; Condicional= Futuro do Pretérito; Participio Passado Duplo= Verbo abundante.

Preenche os espaços em branco com as formas do verbo haver.

No texto de Vitorino Nemésio, _____ várias expressões com o verbo _____ são elas:

“_____ toiros” (toiros sempre os _____ nos pastos e nos baldios da ilha. Ô que a expressão significa é: “_____ tourada”);

“_____ quem compare estas touradas com as esperas de toiros” (também aqui deve _____ um equívoco: _____ diferenças acentuadas entre uma coisa e outra, porém sobre este e outros problemas nos _____ de referir mais adiante);

Fonte: (Cardoso & Costa, 2007. p. 60)

Verifica-se que todos os exercícios de lacunas são feitos a partir da leitura de um texto literário e muitas vezes os exercícios já vêm indicando o tempo e o modo verbal.

4.3 Sugestões metodológicas

Para melhoria do ensino do verbo, o professor deve deixar de lado o medo de errar, uma vez que ele tem o domínio passivo da língua portuguesa. Pois sabemos que o verbo é uma das classes que exigem atenção redobrada de ambas as partes devido às variedades de formas verbais, modos, tempos e conjugação que essa classe apresenta.

O que falta no ensino da gramática de acordo com os livros didáticos é a aplicabilidade, pois quando aprendemos algo que serve de uso nas nossas vidas, ficará guardado para o resto das nossas vidas. Os alunos não estão aprendendo à gramática, porque depende do modo ou da forma pela qual o professor ensina. Mesmo o LD trazendo pouca informação sobre o verbo o professor deve ir além, pesquisar (ler gramática e dicionários), comunicar-se com as pessoas mais esclarecidas a respeito da área do conhecimento, não ficar agarrado apenas nos livros didáticos.

Para que haja melhoria no ensino do verbo, o professor deve levar em consideração as seguintes questões: trabalhar diferentes áreas da língua portuguesa, por exemplo: gramática, produção textual e leitura de forma contextualizada e dinâmica. Proporcionar também um estudo coletivo, produção de textos (redação), o qual pode ajudar no processo de aprendizagem no sentido de que as crianças vão competir entre os grupos, de forma a serem avaliados pelos outros, recebendo sugestão e isso permite o aluno refletir sobre o seu próprio aproveitamento escolar.

O ensino da gramática é importante tanto na escrita como na fala, porque estamos inseridos numa sociedade, onde a nossa aprendizagem é medida para ingressar no mercado de trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que o verbo é ensinado com o intuito de que os alunos memorizem suas formas mais como um conteúdo escolar do que como um recurso para aprender a falar português. A forma de ensino demonstra uma concepção tradicional de ensino-aprendizagem, baseada na repetição para memorizar.

Em relação aos livros didáticos, eles são produzidos para alunos falantes de português como língua materna, mas são usados para ensinar a alunos não-falantes dessa língua, ou seja, desconsidera-se a especificidade do ensino de língua para estrangeiros.

Por isso, os manuais ou livros didáticos e as atividades de ensino deveriam ser orientados por uma concepção de língua portuguesa como língua estrangeira.

Esse método usado é inconveniente para ensinar aos alunos não-falantes, pois acabam tendo um conhecimento limitado acerca do verbo. Eles também não conseguem desenvolver a sua capacidade comunicativa, porque não estudam para falar (se comunicar), mas sim para fazer os exercícios escolares.

7. REFERÊNCIAS

BARBARA, Hlibowicka weglarz. **O aspecto em português e nos crioulos de base lexical portuguesa**. Dissertação Apresentada na Universidade Marie Curie Sklodowska. Polonia, 2010. Disponível: www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slq20/03.pdf. Acesso no dia 05/07/ 2011

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37.ed. ver., amp. E atual. Conforme o novo acordo ortográfico. – rio de janeiro: nova fronteira, 2009. p. 221-238.

BENITO, Simone de Cássia & SANTOS, Talita Cristina Batista dos. **Ensino do verbo: método por paradigma e por competência lingüística – textual**. Dissertação apresentada nas Faculdades Integradas FAFIBE. Bebedouro: FAFIBE, 2009. Disponível: www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistalettrasfafibe/sumario/6/14042010181729.pdf. Acesso no dia 20/05/ 2011.

CÁ, Lourenço, Ocuni. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. Cuiába: edUFMT/Capes, 2008.p. 125-228.n

_____. **A contribuição de Paulo Freire na organização do sistema educaciona da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: publit, 2007. p. 85-229.

Carta de uma Missionária. Disponível em: www.zazou.multiply.com/journal/item/93 - Filipinas. Acesso no dia 10/04/11.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do português Brasileiro**. São Paulo: contexto, 2010. p. 431-437.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. **O tempo nos verbos do português**. São Paulo: parábola editorial, 2005. p. 33.

CUNHA, Celso; Cintra, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática de português contemporânea**. 2. Ed. rio de janeiro: nova fronteira, 1985.

DIONÍSIO, Maria de Lourdes da Trindade. **A construção escolar de comunidades de leitores**. Coimbra, 2000. P.79-83.

FARACO, Carlos Emílio & Moura, Francisco Marte de. **Gramática**. 2ªed. São Paulo Ática, 1988.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. Disponível em: WWW.ceart.udesc.br/revista-da-pesquisa/volume3/melissa-neli.pdf.

ILARI, Rodolfo & Basso, Renato. O PORTUGUÊS DA GENTE: **A língua estudados, a língua que falamos**. São Paulo: contexto, 2006. p. 112.

INEP: Distribuição da memória coletiva de um povo. Disponível em: didinho.no.sapo.pt/inep.htm. Acesso no dia 8/04/11

Japão ofereceu ao Governo de Guiné-Bissau Livros Didáticos. Disponível em: www.novadaguinebissau.blogspot.com/.../japao-oferece-livros-escolares-para.html. Acesso no dia 7/05/11

MANTOVANI, Katia Paulilo. O programa nacional do livro didático- PNLD: impactos na qualidade do ensino público. 2009. Dissertação apresentada pela Universidade de São Paulo. Disponível em: WWW.teses.usp.br/teses/.../KATIA_PAULILO_MANTOVANI.pdf. Acesso no dia 3/06/11

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da Língua Portuguesa**. 2ªed. Rio de Janeiro: 1970. p. 132-139.

MESQUITA, Roberto Melo & MARTOS, Clober Rivas. **Gramática pedagógica**. 15ªed. Editora saraiva. 1988.

Organização Educacional de Guné-Bissau. Disponível em: <http://didinho.org/ossetordaeducacao.html>. acesso no dia 15/04/11

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1995. p. 320.

ROMANATTO, Mauro Carlos. O livro didático: Alcances e Limites. Disponível em: WWW.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesasredondas/mr19-mauro.doc. Acesso em 4/04/11

SILVA, António Carvalho da Silva. **Configurações do ensino da gramática em manuais escolares de português**: funções, organizações, conteúdos, pedagogias, ed. Braga, 2008. p. 133-158.

VILELA, Mário & KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da Língua Portuguesa**. Portugal. 2001. p. 163.

XA VIER, Lola Geraldes. Ensino da gramática: reflexões em torno do verbo. 2009. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/01/167-176.pdf>. acesso em 10/05/11